



PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA DE GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE: O PAPEL DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Diego Tenório da Paz

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil
dtenoriopaz@gmail.com

RESUMO – O estado do Rio Grande do Norte vem passando por transformações em seu território, estas são promovidas pela instalação de novos equipamentos de infraestrutura, que por sua vez, provocam alterações nas dinâmicas espacial e social por hora estabelecidas, causando novos arranjos e novas dinâmicas entre as cidades. O objetivo geral da pesquisa é compreender, na atualidade, a rede urbana do Rio Grande do Norte, a partir dos centros de gestão do território. O panorama apresentado no trabalho revela uma rede de cidades que vem ganhando uma base material urbana, com a instalação de novos objetos macro estruturantes do estado (rodovias, portos, parques eólicos, agências bancárias, adutoras, acesso à internet) que possibilitam uma relação mais intensa entre os centros urbanos do estado e as demais cidades do mundo, que estruturam a atual característica da rede urbana, o seu caráter global, já que a possibilidade de relações entre os centros é maior. Tal possibilidade de relacionamento é fato devido as características do período histórico atual, com a elevada densidade do tripé técnica, ciência e informação comandadas pelo mercado. No Rio Grande do Norte a intencionalidade do novo arranjo que se configura não é outro, senão atender as demandas do mercado.

Palavras-chave: Rede Urbana; Rio Grande do Norte; Centro de Gestão do Território.

TERRITORIAL CONSTITUTIONAL PROCESS AND GOVERNMENT STRUCTURE OF RIO GRANDE DO NORTE: THE ROLE OF MANAGEMENT CENTERS IN THE TERRITORY

ABSTRACT – The state of Rio Grande do Norte has been undergoing transformations in their territory, they are promoted by the installation of new infrastructure equipment, which in turn cause changes in the dynamic spatial and social hour set, causing new arrangements and new dynamics between cities. The overall goal of the research is to understand, at present, the urban network of the Rio Grande do Norte, from the centers of territory management. The picture presented in the paper reveals a network of cities that has gained a material basis urban, with the installation of new objects macro state structures (roads, ports, wind farms, banks, pipelines, internet access) that enable a relationship more intense between the urban centers of the state and other cities in the world, that the current structure characteristic of the urban network, its global nature, since the possibility of relations between the centers is greater. Such a relationship is indeed possible because the characteristics of the current historical period, with the high density of the tripod technique, science and information controlled by the market. In Rio Grande do Norte intentionality of the new arrangement that is configured is not other but meet market demands.

Keywords: Urban Network; Rio Grande do Norte; Centre of Land Management.

INTRODUÇÃO

O processo de formação e expansão do território e a constituição dos centros urbanos de gestão do território do Rio Grande do Norte, em grande medida, foi motivado pelo desenvolvimento e deslocamento de atividades econômicas pelo estado como, por exemplo, o caso da pecuária, que foi a principal atividade que garantiu a posse da terra.

Entre as ações que promoveram a criação dos centros urbanos e a, consequente, formação do território potiguar estão às ações empreendidas pelo Estado. As políticas públicas que tiveram como alvo à região nordeste do país, atingiram o Rio Grande do Norte e tiveram grande importância na constituição de suas cidades. Entre as políticas estão as que permitiram a instalação de rodovias e ferrovias, aquelas que levaram a construção dos açudes e das barragens, aquelas que incentivaram o desenvolvimento urbano das cidades, a partir da ação de política habitacional com a construção de conjuntos habitacionais. E ainda, as políticas que viabilizaram a instalação da rede de transmissão de energia elétrica e aquelas ações e incentivos que trouxeram as indústrias para o estado.

No processo de constituição dos centros urbanos do Rio Grande do Norte, alguns centros tiveram maior desenvolvimento social e econômico, concentrando maior população, maior oferta de serviços. Nesse sentido, a estrutura de governo do estado apresenta-se regionalizada, onde os principais centros, não só a capital, participam na gestão do território. Assim sendo, o objetivo da análise aqui proposta tem como base as regionalizações criadas no estado do RN, assim como as cidades que sediam e participam de forma ativa da gestão do território potiguar.

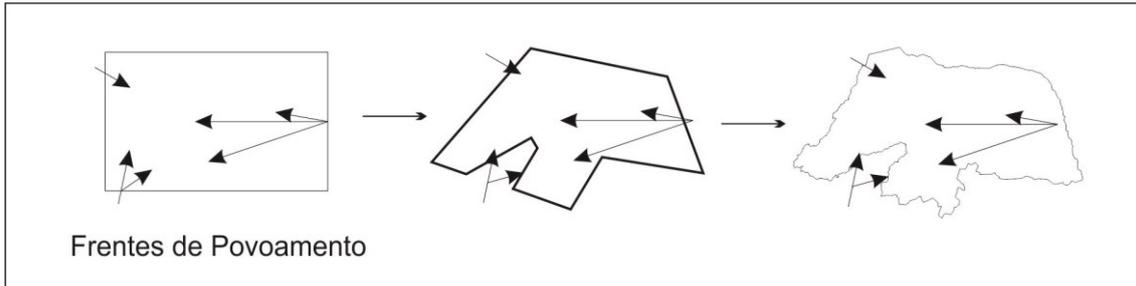
A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Por considerar interessante e importante a análise da rede urbana do Rio Grande do Norte, vamos apresentar um breve apanhado do processo de formação do território do Rio Grande do Norte. Destacando os principais eventos que contribuíram para a atual configuração de seu território e, conseqüentemente, para a constituição de sua rede urbana e o papel desta dentro da rede urbana brasileira.

O processo de urbanização ocorrido no Rio Grande do Norte, assim como ocorrido em grande parte do território nacional, ocorre atrelado a bases ligadas a atividades econômicas predominantes num dado momento de seus períodos históricos e geográficos. As atividades preponderantes no processo de desenvolvimento urbano no estado, foram num primeiro momento a cana-de-açúcar, a pecuária e a produção do algodão. A cana-de-açúcar como atividade que garantiu a coroa portuguesa a posse e a expansão do território colonizado, atrelado a ações de defesa do território com a construção da fortaleza dos Reis Magos (1598), foram os primeiros pontos de partida para a constituição do território potiguar. O fato de, apenas em 1604 o RN ganha seu primeiro engenho de açúcar, não impediu o surgimento de pequenas aglomerações em torno da atividade, principalmente localidades litorâneas como Ares, Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Vila Flor.

O desenvolvimento da pecuária está ligado a expansão do território do estado na direção oeste, seguindo a direção da região Agreste e Seridó, em decorrência da impossibilidade de seu andamento no litoral do estado devido a atividade canavieira. Tal fato garantiu, até certo ponto, o povoamento do interior do estado, que segundo CASCUDO (1968), o povoamento do interior do Rio Grande do Norte vem de três frentes, esta vinda do litoral movida pela expulsão da pecuária do litoral, outra vinda do Ceará que chega pela chapada do Apodi, e outra, ainda, que chega da direção do rio São Francisco e povoa a região do Seridó. A Figura 1 representa um corema que mostra as frentes de povoamento ocorridas no processo de formação territorial do estado do RN. O processo de povoamento só é firmado após 1704, quando cessa a Guerra dos Bárbaros e a ocupação do vale do Mossoró-Apodi, do Piranhas-Açu são concretizadas pelos posseiros. ANDRADE (1981, p.17).

A produção do algodão, por sua vez, tem sua importância econômica para o RN com o advento da revolução industrial e o papel do estado na comercialização do produto para indústria têxtil, a partir da segunda metade do século XVIII. A produção algodoeira teve seu período de maior significação na economia do estado entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando a atividade açucareira perde importância na economia do estado.

Figura 1. Corema das frentes de povoamento do Rio Grande do Norte

Fonte: elaborado pelo autor a partir do texto de CASCUDO (1968).

Com a expansão da atividade algodoeira no sertão, e com a produção voltada para a exportação do produto, visto que este crescimento ocorre juntamente com as imposições do mercado e exigências internacionais, abrem-se portas para a exportação de outros produtos agrícolas produzidos na região. Além do surgimento e do aumento da relevância de centros urbanos como Mossoró, que surge como centro comercial e administrativo em função da produção de algodão, ainda Caicó, Açu e Macaíba surgem a partir da expansão desta atividade, que tem sua importância mantida até a década de 1960. (ANDRADE, 1981).

A importância destas atividades para a formação do estado é relevante, visto que a necessidade da fixação do produtor na terra permitiu a ocupação do território potiguar, além de colocar o estado na rede urbana internacional que se configurava na época, mesmo com caráter de exploração de bens como foi desde a "descoberta do Brasil" com a extração do pau-brasil, depois com a cana-de-açúcar no nordeste e no Rio Grande do Norte, a pecuária e a cotonicultura que garantiram a interiorização do povoamento no estado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do processo de urbanização e surgimento das cidades.

Outras atividades tinham seu desenvolvimento de forma mais contida, apresentando menor desempenho no âmbito estadual, e que com a decadência das atividades como a cotonicultura e a cana-de-açúcar, tiveram impulso significativo na produção. Entre as atividades estão a mineração e a produção de sal com abrangência nacional e internacional, e com relevância regional algumas atividades de subsistência como o cultivo de feijão, batata, milho e mandioca acontecem ligadas as atividades da pecuária.

A atividade mineradora tem na região do Seridó do Rio Grande do Norte o foco de extração de minérios, tendo a scheelita como principal minério extraído da região, e na cidade de Currais Novos encontramos a maior exploração do minério, que era voltado toda a produção para o mercado internacional. Já a produção de sal que ocorre desde a ocupação pelos portugueses do território potiguar, acontece em municípios do litoral norte do estado, atualmente, segundo MAIA (2011) nos municípios de Areia Branca, Mossoró e principalmente, em Macau. Todo o sal produzido é para atender, cerca de 95% do mercado nacional.

Estas atividades mostram a ligação, a importância do Rio Grande do Norte e o seu modesto papel dentro da rede de cidades nacional e internacional desde o surgimento dos primeiros aglomerados. As produções voltadas para a subsistência mencionadas anteriormente, ocorriam em grande parte no Agreste do estado, na região do Alto Oeste e Sertão, e sua importância era no sentido de abastecer os centros urbanos locais, numa realidade mais imediata, não distante do local de produção.

Entre os aglomerados surgidos pelo litoral do estado do RN, a atividade que motiva e garante a fixação das pessoas nos centros é a atividade pesqueira. Tal atividade desenvolvida ocorre, num primeiro momento, principalmente a partir de técnicas rudimentares, sem nenhum ou poucos equipamentos que sirvam para auxiliar os pescadores em sua atividade. Cidades como Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, só para citar algumas, surgiram a partir desta atividade e desenvolvem até hoje a

atividade pesqueira, que atualmente já dispõe de instrumentos mais modernos no auxílio da atividade, embora alguns equipamentos, devido aos custos elevados, não estejam acessíveis aos pescadores.

Mesmo com o desenvolvimento das atividades econômicas até aqui tratadas, o estado do Rio Grande do Norte não era o estado que apresentava melhor desempenho e crescimento nas atividades econômicas que asseguraram sua formação territorial. Pernambuco era o estado que apresentava melhor maior desenvolvimento, e por isto até o início do século XIX o Rio Grande do Norte dependia administrativamente de Pernambuco (ANDRADE, 1981, p.25).

Esta dependência do Rio Grande do Norte apresenta-se muito em função de graves problemas ligados a economia que, segundo ANDRADE (1981), atrelado a falta de uma infraestrutura voltada para atender o mercado, como uma melhor malha de estradas para viabilizar o fluxo do que era produzido no estado, além de portos devidamente equipados para receber navios de grande porte e exportar as mercadorias diretamente dos portos do estado. A produção voltada para a exportação tinha que viajar até o porto de Recife.

As atividades aqui desenvolvidas, tendo como característica as práticas tradicionais, passam por momentos de decadência, o cultivo de algodão no final da década de 1980 é atacado por uma praga, o bicudo, que destrói e atinge os cultivos, principalmente, as pequenas propriedades e os pequenos produtores.

A cana-de-açúcar, também entra em crise, pois perde os investimentos feitos pelo governo federal na atividade, ainda no final do século XIX e início do século XX, com isso a produção do açúcar e do álcool não pode acompanhar a modernização do processo produtivo, caracterizado pela mecanização, voltado para atender uma demanda de alta produção num intervalo de tempo reduzido. O que gerou elevado número de demissões na atividade, isto provoca interferência na vida de relações das cidades envolvidas na atividade. A atividade canieira teve novo impulso no final do século XX quando ocorre a política do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que garantiu benefícios aos produtores, mas não se tornou a principal atividade no estado neste momento. Tal caráter de acumulação começa a se impor e o estado volta suas ações no sentido de garanti-la para não ficar de fora, o que afeta as outras atividades.

A atividade da pecuária praticada pelos pequenos e médios produtores sofre com a reforma na atividade, reforma esta que envolve os novos padrões de mercado, com práticas mais modernas. O estado do Rio Grande do Norte, juntamente com os grandes produtores pecuários desenvolvem ações voltadas ao avanço tecnológico, com a realização de feiras para atrair compradores, investidores e para a trocar informações sobre o ramo.

O avanço e desenvolvimento tecnológico atinge a todos os ramos de atividades. A produção de sal, até então feita com práticas rudimentares e equipamentos manuais ganha um maquinário, o que provocou a diminuição da mão de obra empregada, mas também, proporciona maior produção e, até certo ponto, permite melhores condições de trabalho aos que permanecem operando as máquinas.

Segundo Andrade (1981) outra atividade que merece destaque por contribuir na expansão do território do Rio Grande do Norte é a cera de carnaúba. A produção era voltada para a exportação, que foi intensificada a partir de 1840 juntamente com o começo do processo industrial nos moldes capitalistas. A atividade de extração, de acordo com o autor mencionado trouxe:

[...] vitalidade a porção ocidental, beneficiada com o assoreamento do porto cearense de Aracati que antes polarizava a região. Tal fato provocou a transferência de grandes comerciantes daquela cidade para Mossoró e a escolha desta como escala regular dos navios da Companhia Pernambucana. (ANDRADE, 1981, p.34)

É possível notar com isso, a importância das atividades econômicas desenvolvidas no estado para o crescimento das cidades já estabelecidas e para o surgimento de novas aglomerações urbanas. A partir do desenvolvimento das atividades econômicas foram estabelecidas ligações entre os centros urbanos,

ligações também de ordem política, que atraíram novas atividades e enraizaram outras. São processos que aconteceram em meio a percalços, crises e instabilidade, afinal os momentos de "conquistas" das terras, exploração, são causadores de aglomerações e podem originar novas cidades.

Os centros urbanos nesse período, a partir de suas imposições e características, sofrem interferência e são produzidas paisagens urbanas as mais diversas, isso ocorre em função das alterações ocorridas nas atividades econômicas, práticas culturais entre outros fatores que, de modo geral, causam as mudanças nas paisagens das cidades, o que pode produzir, também, mudanças na estrutura social das cidades. As principais ações do Estado que permitiram a transformação do território potiguar serão apresentadas a seguir.

AS AÇÕES DO ESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO RN

Dentre os elementos/instituições que transformam a todo instante o espaço geográfico, o Estado é um dos que possui papel de destaque, visto sua força mediante as interferências por ele causado. As ações empreendidas pelo Estado condicionam a dinâmica do território, por exemplo, promovendo deslocamentos populacionais, atraindo indústrias, viabilizando a construção de moradias, na concentração ou desconcentração de serviços nesta ou em outra área da cidade.

São muitas as maneiras de atuação do Estado na configuração dos seus territórios. O papel do Estado em ações que influenciaram na formação e constituição do território nacional tiveram maiores e intensas proporções a partir da década de 1930 quando o Brasil viveu um momento de turbulentas mudanças no quadro político da república. (ANDRADE, 1981)

Em meio à crise mundial instalada, o Estado brasileiro passa a atuar com mais força nas ações econômicas. A interferência do Estado na economia busca garantir, em certa medida, a modernização do sistema financeiro e com isso acompanhar o desenvolvimento do sistema capitalista.

As ações regionais empreendidas pelo Estado atingem o Rio Grande do Norte com as medidas que criaram o Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1930, que promoveu alterações no quadro instalado até então no país, onde o Nordeste era o principal produtor de cana-de-açúcar. Com a regulação do referido instituto garantindo preço e financiando à produção, é o estado de São Paulo que passa a apresentar relevante desempenho na produção. Em particular no Rio Grande do Norte, as ações serviram para a manutenção e permanência das práticas tradicionais de produção, isto que os donos de engenho e usinas não buscaram adquirir equipamentos modernos.

Outro elemento importante na discussão das ações do Estado na construção do território potiguar é a criação do IOCS (1909) e posteriormente denominado de IFOCS (1919), o que hoje conhecemos como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS (em 1945), que interferiu diretamente na configuração do território por trazer obras de infraestrutura.

Entre as obras realizadas pelo DNOCS estão as dos diversos campos de pouso pelo estado, as obras que levaram a construção de açudes e da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e o programa de irrigação de frutas tropicais são os destaques, nesse último houve a construção de três perímetros irrigados públicos, o de Pau do Ferros localizado no município de mesmo nome, o perímetro do município de Cruzeta e o perímetro que fica nos municípios de Caicó e São João do Sabugi, o Itans-Sabugi foram os primeiros, só na década de 1970. Estes podem ser visualizados na Figura 2.

Em Natal, o processo de urbanização, conforme Costa (2000), tem início em 1901 com a elaboração de um plano que previa a criação de um novo bairro na cidade, chamado de Cidade Nova, este projeto proporcionou a expansão do perímetro urbano da cidade na direção das dunas. Somente a partir de 1929 Natal passa a ter um plano que se preocupa com a cidade como um todo, tendo assim um caráter de plano diretor, onde havia também um projeto de sistema viário para a cidade.

Outros planos de expansão urbana de Natal foram realizados, no ano de 1935, o documento previa muitos serviços de infraestrutura para a cidade. Entre os serviços estavam os de abastecimento de água, que foi inaugurado em 1938. De acordo com o COSTA (2000) foi durante esse plano de 1935

que ocorreu a conclusão da construção do porto de Natal e também das redes de transporte ferroviário e rodoviário. O plano de expansão estabelecia o local de moradia para os operários (na periferia da cidade), a quantidade mínima de pisos e ainda, como deveria ser as fachadas das casas do centro comercial da cidade na época, a Ribeira.

Figura 2. Mapa da Infraestrutura hídrica - Açudes e Barragens, RN



Fonte: IDEMA/RN Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS

Somente a partir da segunda guerra mundial, onde Natal foi transformada em base militar para os norte-americanos, é que ocorre transformações que a estruturaram significativamente. Primeiro porque, na década de 1940, houve um grande aumento da população em virtude da cidade sediar uma das bases militares de apoio aos Estados Unidos. Neste momento, a cidade precisou passar por mudanças territoriais que tornassem possível a estada dos soldados e receber os equipamentos de guerra.

As transformações atingiram a prestação de serviços e o comércio, bem como, a melhoria e a criação de equipamentos urbanos. Com essas mudanças ocorridas no território potiguar ficou notório não só o aumento populacional, mas, também a demanda por serviços e estrutura urbana, trazendo assim a consequente expansão urbana da cidade.

A capital do estado do RN durante a década de 1940 passou por grandes mudanças, foram instalados alguns fixos estruturantes na cidade, tais como: a estrada que ligava os bairros que hoje conhecemos como Petrópolis e Tirol ao aeroporto no município de Parnamirim; as casas construídas no bairro do Alecrim para servir de residência aos soldados americanos; e, também as casas dos oficiais norte-americanos ao longo da Av. Hermes da Fonseca. Estes são exemplos de equipamentos urbanísticos que foram de enorme importância estruturadora para a expansão urbana da cidade, promovido, principalmente, pelo grande contingente populacional que movimentava a economia da cidade e sua estrutura urbana.

Durante a década de 1950 a cidade de Natal teve seu processo de expansão impulsionado em decorrência dos loteamentos realizados na cidade e que lhe transformaram e lhe deram (gradativamente) caráter urbano, após ter vivido um período sem grandes alterações no arranjo urbano da cidade com a saída dos soldados norte-americanos e o término da participação do Rio Grande do Norte da segunda guerra (TAVARES, 2009).

É importante evidenciar, assim como faz Costa (2000), outras ações políticas que foram praticadas em Natal a partir do final da década de 1950, a fim de compreendermos seu crescimento urbano. As principais ações que merecem ser destacados são: o programa habitacional, a intensificação da atividade industrial, o crescimento do setor terciário e a atividade do turismo na cidade. Ações viabilizadas a partir da criação da SUDENE.

A criação de outras instituições públicas continua a influenciar nas transformações ocorridas nas cidades. A SUDENE, criada em 1959, surge para promover o desenvolvimento da região nordeste do país. No sentido de desempenhar suas funções a SUDENE cria projetos para a promoção e incentivos para ações de instituições públicas e privadas, com a instalação de infraestrutura como instalações elétricas, rodovias de acesso, barragens, campos de pouso, entre outros tantos equipamentos.

Ações como as da SUDENE, que buscam a implantação de uma infraestrutura que garanta a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro, atrai empresas privadas para territórios que atendam a suas demandas, sejam servidas de luz elétrica, de rede de abastecimento de água, telefonia, vias de acesso e para o escoamento de sua produção, que esteja ligado a portos e/ou aeroportos.

As condições que permitiram, na década de 1970, a implantação do parque industrial numa região no entorno da cidade de Natal foi outra ação impulsionada pela SUDENE, entre os municípios que receberam as instalações estão: Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, além da região norte do município de Natal, onde foi instalado o Distrito Industrial de Natal (DIN) (ARAÚJO, 2004).

As benesses trazidas pela presença da indústria como a geração de empregos, a instalação de infraestrutura urbana de água, transporte, energia elétrica para as áreas de instalação das indústrias não foi acompanhada pelas melhorias na infraestrutura da cidade. A cidade passa a receber um contingente populacional que vem em busca de emprego e melhores condições de vida (já que viviam assolados pelos longos períodos de estiagem no interior do estado) e os governos não conseguem oferecer condições para a convivência com a realidade natural de períodos de seca.

Em grande medida este fato é provocado pela incapacidade dos governos/Estado em garantir os serviços básicos à população, do tipo: boas condições de moradia, educação e serviço de saúde, o que favorece o crescimento da cidade (Natal) de forma desordenada, em locais sem estrutura urbana para moradia, o que aprofundam os problemas como a falta de assistência social e o aumento da violência urbana, por exemplo.

É importante mencionar que o processo de urbanização das cidades com até 20 mil habitantes do Rio Grande do Norte, não ocorreu atrelado à industrialização, a maioria das cidades teve seu desenvolvimento ligado, basicamente, as atividades agrícolas e a prestação de serviços menos raros, por exemplo, como os pequenos mercados dos centros das cidades, onde a população consegue produtos alimentícios, de higiene básica e de primeiras necessidades; além dos serviços de escolas de ensino fundamental, postos de saúde com atendimento básico. Desse modo, tem-se a maioria das cidades do estado do RN de pequeno porte, são 151 cidades com até 30 mil habitantes.

A partir da Figura 3 podemos perceber a distribuição da população do Rio Grande do Norte na década de 1980 e notar que em grande parte do seu território predomina municípios com até 20 mil habitantes, como é o caso dos municípios da região do Agreste Potiguar, do Litoral Norte, da região Central, do Seridó, Alto Oeste e alguns municípios no entorno de Mossoró, como Upanema, Governador Dix-Sept Rosado.

Sobre a política para o desenvolvimento do Nordeste, no caso do Rio Grande do Norte a SUDENE empreendeu ações que promoveram o crescimento e manutenção da posse da terra, o que garante a constituição e configuração do território potiguar. Outra medida que influenciou na constituição de desenvolvimento das cidades do estado, foi o que visa apoiar ao pequeno produtor rural (PAPP-1985). Este programa proporcionou o desenvolvimento de atividades rurais nos municípios do estado, dando condições de trabalho à população local por meio de assistência técnica, peixamento de açudes, ainda com intervenções em perímetros público e privados de irrigação, e com atuação também no sistema de abastecimento de água. Esta intervenção estatal fez girar e crescer as economias locais, além de promover o crescimento dos centros urbanos locais.

Ainda, sobre o processo de urbanização das cidades no Rio Grande do Norte, é importante destacar as ações vieram com a criação do Banco Nacional da Habitação e da política do Sistema Financeiro de Habitação (1960), que chegaram ao estado e, principalmente, a cidade de Natal a partir da década de 1970 proporcionando a expansão urbana da cidade.

Figura 3. Mapa da População Total, por municípios do RN – 1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980.

Em Natal o Banco Nacional da Habitação financiou muitos empreendimentos, entre eles os que construíram os conjuntos habitacionais nas regiões norte e sul da cidade, a partir de 1975 no governo de Tarcísio Maia. A política de habitação foi implementada através do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP); e a Companhia de Habitação Popular do RN (COHAB-RN), estas atuavam em regiões diferentes da cidade, o INOCOOP atuou na região sul da cidade, onde as moradias eram voltadas para um nível salarial mais elevado, entre 6 e 12 salários mínimos. Já a COHAB-RN atuou na região norte da cidade, e a faixa de renda para a aquisição dos imóveis era entre 3 e 5 salários mínimos (ARAÚJO, 2004).

É interessante ressaltar sobre a relação da localização dos conjuntos habitacionais e a respectiva faixa de renda, pois os que possuem maior renda foram contemplados com imóveis construídos em áreas da cidade onde tinha melhor infraestrutura instalada; e o oposto ocorre com a companhia que atende a população com renda entre 3 e 5 salários mínimo, onde a construção das moradias é em áreas afastadas do centro, na periferia da cidade, caracterizadas por não haver infraestrutura básica como água, saneamento e luz elétrica, além, principalmente, do baixo valor das terras no mercado.

Desse modo, num primeiro momento, a política de habitação foi uma ação promotora do desenvolvimento do centro e da mancha urbana de Natal, uma vez que possibilitou o acesso a moradia, mesmo com poucas condições de serviços básicos.

A instalação da rede de distribuição de energia elétrica e a chegada de agências bancárias em algumas cidades tiveram papel de destaque por ser um elemento propulsor do processo de urbanização. Com a rede de distribuição de energia foi possível incorporar elementos da vida urbana no cotidiano das pessoas, como a aquisição de eletrodomésticos como geladeira, televisor, rádio. Ainda, além de permitir, entre outras coisas, o funcionamento das escolas no horário noturno; o aparelhamento de hospitais com equipamentos elétricos que auxiliam no diagnóstico e tratamento.

Na década de 1980, em Natal, a um forte crescimento das atividades do setor terciário, tal fato contribuiu para elevar o nível de importância da cidade com relação às demais cidades do estado e, principalmente, as circunvizinhas. Neste sentido, conforme Gomes (2009), as atividades do setor terciário desenvolvidas em Natal apresentaram um crescimento relevante a partir da instalação do Hiper Bompreço, que chegou oferecendo um novo modelo de estrutura comercial, concentrando a oferta de bens de consumo, prestação de serviços e lojas de departamento no mesmo local, neste caso um hipermercado.

De acordo com Gomes (2009) outra ação política que teve importante papel na configuração urbana, principalmente, de Natal e das cidades litorâneas, foi o surgimento e o crescimento da atividade turística em Natal e sua região metropolitana. O desenvolvimento desta atividade teve início na década de 1980, com o projeto da construção da Via Costeira/Parque das Dunas. A atividade turística no estado do Rio Grande do Norte tornou-se uma alternativa e começou a receber investimentos do poder público quando o estado passou a enxergar em tal atividade a melhor opção para o crescimento econômico do estado.

Assim como o projeto Parque das Dunas, houve o projeto Rota do Sol, e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur) que, segundo Gomes (2009), contribuíram fortemente para o desenvolvimento da atividade turística em algumas das cidades do estado e seu consequente crescimento urbano, tendo em vista os principais objetivos dos projetos. Seus objetivos eram a estruturação das cidades para receber uma grande quantidade de turistas, principalmente em Natal, onde houve a instalação dos maiores e principais hotéis; ainda criar vias de acesso aos roteiros turísticos. Com o projeto (Prodetur), durante a primeira década de funcionamento, entre 1981 e 1991, ocorreu o crescimento de quase 160% desta atividade no estado (GOMES, 2009).

O processo de urbanização das cidades com maior evidência no estado, como Mossoró, Caicó, Currais Novos e Pau dos Ferros também influenciaram no estabelecimento da rede de relações entre as cidades do Rio Grande do Norte, que somadas as ações de Estado apresentadas até aqui, atuaram como vetores responsáveis pela constituição e configuração do território do Rio Grande do Norte.

A constituição dos centros urbanos e sua consequente função como centro administrativo do poder local nos permitem uma análise proposta por Corrêa (1996), dos centros de gestão do território e entender a relação estabelecida entre as cidades, visto a oferta de diferentes níveis de serviços prestados à população e a localização dos diferentes órgãos da estrutura de comando do estado. A partir do próximo tópico apresentamos uma discussão sobre a estrutura de comando do governo, que se apresenta concentrada em Natal, mas possuindo pontos de apoio regionais nos diferentes serviços.

CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A questão da gestão do território foi tratada por Gomes (1997) que apresenta em seu estudo de doutoramento uma análise sobre o referido tema, onde a discussão, segundo a autora, foi resgatada pela Geografia Política com um conteúdo mais crítico a partir dos anos 1970, com início na Europa com os estudos realizados por Yves Lacoste, Paul Claval, Guicchonnet e Raffestin.

O tema também é discutido por Roberto Lobato Corrêa que vincula a gestão do território aos centros urbanos, as cidades. Para esse autor, o centro de gestão do território é a grande cidade - a metrópole, o lugar de onde é exercido o papel de controle, de onde partem as ordens que, de certo modo, "dão o tom" da vida de relações de outras cidades. Mas também, o centro gestão do território é caracterizado por sediar as sedes de empresas que possuem filiais em outras cidades, e escritórios de grandes corporações multinacionais e importantes empresas e bancos nacionais.

Corrêa (1996) acena para a existência de centros incompletos de gestão do território, onde estão concentradas as sedes de uma ou duas empresas, ou ainda seja somente sede do poder político-administrativo da cidade, e/ou estado. O referido autor entende que:

O centro de gestão do território caracteriza-se, em realidade, por ser um centro onde tomam-se decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço. Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos diretos e indiretos, os impostos, a mobilidade demográfica, as transformações no uso do solo e na paisagem, assim como a política local e o modo de inserção das cidades na rede urbana sob seu controle. CORRÊA (1996, p.25)

Considerar o papel dos centros de gestão do território na dinâmica espacial é relevante visto que tal papel ocorre em função de um conjunto de ações que são tomadas nos grandes centros urbanos. As ações empreendidas por esses centros urbanos criam ligações em escala regional e global na rede urbana, que se caracteriza atualmente por suas bases materiais que permitem o fluxo de pessoas, de comandos, de informação e de produtos. Essa relação entre as cidades - tendo em vista suas bases materiais e as ações praticadas - é realizada sem levar em conta uma hierarquia de cidades, ou seja, na relação não há um intermediário, a relação é direta entre o grande centro - onde está localizado a sede da empresa, ou de onde parte a ordem - e o centro local - lugar onde a ordem vai se concretizar. É esse fato que diferencia os centros completos e incompletos de gestão do território.

Quanto à completude e incompletude dos centros urbanos de gestão do território, é importante destacar que diante das características atuais do Estado moderno, os centros urbanos precisam estar preparados para o seu funcionamento, isto implica possuir estrutura e equipamentos modernos que viabilize o envio das ações de comando e o recebimento das ordens, numa escala hierárquica entre as cidades. Santos ([1979] 2008) propõe uma classificação onde a completude ou incompletude está associada à categoria de metrópole das cidades. Em sua classificação teríamos as cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas; as metrópoles seriam onde está, usando o termo do autor, a macroorganização do território. Neste sentido o autor afirma que:

Uma metrópole completa é capaz de responder a amplas necessidades econômicas e sociais com meios segregados por ela própria, tais como a produção de bens de capital ou elaboração de tecnologias adaptadas às exigências da sociedade econômica nacional (Santos, 1970, p. 32). As metrópoles incompletas também se irradiam sobre um vasto espaço, mas só podem exercer a totalidade das funções comparáveis a partir de contribuições externas, vindas justamente, na maior parte dos casos, das metrópoles completas (SANTOS, [1979] 2008, p.284).

É importante considerar que o autor propõe tal classificação para a realidade dos países de terceiro mundo, e a partir do conhecimento da realidade vivida nesses países. A partir disso, podemos inferir que no estado do Rio Grande do Norte a maior parte das cidades atende a caracterização de Corrêa (1996), com apenas a sede do poder político-administrativo local; e como proposto por Santos ([1979] 2008), o estado do RN possuiria uma metrópole incompleta, Natal.

A exposição da estrutura de governo e suas formas de atuação, ajudam a entender o papel dos centros urbanos na gestão do território e de alguma maneira justificar a cidade de Natal como metrópole incompleta e as demais cidades do estado como centro de gestão incompleta do território.

Na busca de identificar as cidades que possuem destaque no quadro de gestão do território potiguar é que expomos a estrutura governamental do Rio Grande do Norte e identificamos as cidades que sediam órgãos regionais da estrutura de governo, e as demais cidades que possuem função dentro da estrutura governamental do RN.

É evidente, com base na breve explanação sobre a configuração do território do Rio Grande do Norte, que dentro da rede de cidades do estado a capital, Natal, é a cidade que possui maior estrutura urbana, com oferta de serviços e comércio, além de concentrar a estrutura de comando do governo estadual. Queremos, então, identificar as cidades que apoiam a capital nessa função, servindo de ponto de

auxílio na execução de suas ordens. Para isso, utilizamos as diversas regionalizações feitas pelas secretarias de estado.

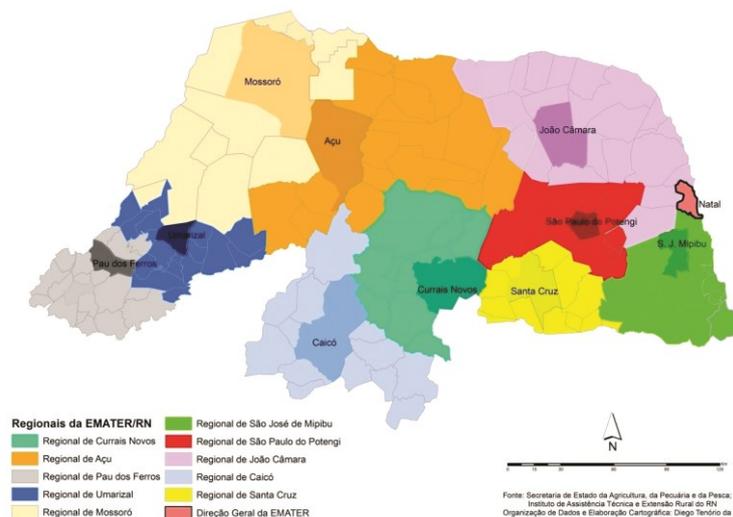
A sede do governo do estado do RN é concentrado num complexo de prédios que reúne o gabinete do governador(a), a maioria das secretarias de estado e os órgãos da administração direta. As secretarias que compõem o quadro de gestão são as seguintes: a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE); a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC); a Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAF); a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESED); a Secretaria do Planejamento e Finanças (SEPLAN); a Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH); a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN); a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJUC); a Secretaria de Estado da Tributação (SET); a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária (SEARA); a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC); a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEEL); a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH); a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS); e a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

É importante destacar que a atuação das secretarias pelo território do Rio Grande do Norte conta com o apoio de unidades regionais para auxiliar a difusão das ordens e para servir como apoio logístico ao Governo do Estado. Vale salientar que cada secretaria possui sua divisão em regiões para atuação.

Entre as secretarias que tem sua atuação via sedes regionais estão: a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, que coordena o funcionamento da EMATER, da CEASA, da EMPARN, e do IDIARN. O primeiro, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER), possui sua direção concentrada em Natal e tem mais dez unidades regionais e duas centrais de treinamento, uma em Natal e outra em São José de Mipibu. A Figura 4 apresenta a distribuição das unidades regionais e da direção geral da EMATER e suas respectivas áreas de atuação.

As cidades que dão nome a região criada pelo órgão (EMATER), são as cidades onde estão localizadas as sedes regionais, dentre as cidades com destaque podemos citar Natal, Mossoró, Açu, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, São José de Mipibu, João Câmara, Santa Cruz, Umarizal e São Paulo do Potengi.

Figura 4. Mapa da Regionalização da EMATER/RN 2012.



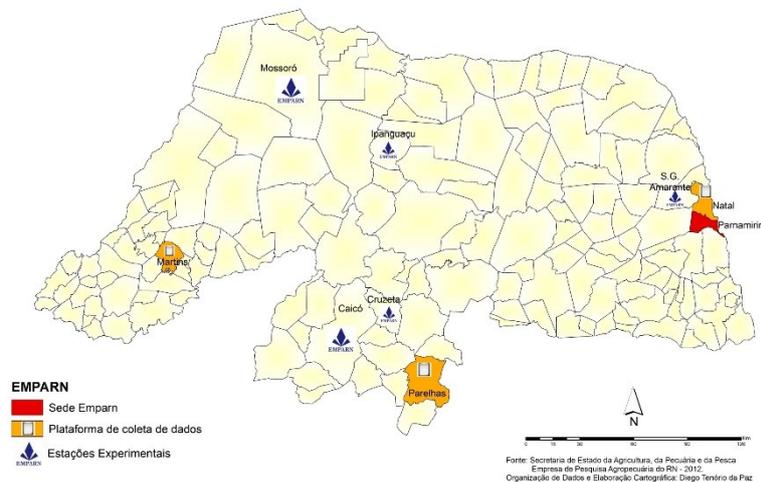
Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e da Pesca; EMATER

Nessas cidades a população pode buscar serviços de assistência técnica e extensão rural ao que se refere à prática da agricultura, visto que a EMATER tem como objetivo contribuir para a promoção do agronegócio com foco na agricultura familiar, por meio de serviços de extensão rural e a distribuição das bases locais pelo estado busca proximidade daqueles que buscam desenvolver a atividade da agricultura

A SAPE também é responsável pela CEASA, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte que é uma sociedade anônima de economia mista gerido pelo governo estadual do RN, que tem a missão de gerir o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros à sociedade do RN. Sua sede está localizada na cidade de Natal.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) é outra instituição ligada a SAPE. Essa tem sua direção localizada no município de Parnamirim, e possui estações experimentais nos municípios de Caicó, Cruzeta, Ipanguaçu, Mossoró e São Gonçalo do Amarante, e tem plataformas de coleta de dados nos municípios de Natal, Parelhas e Martins. Sua distribuição pode ser visualizada na Figura 5.

Figura 5. Mapa de Localização da sede, plataformas de coleta de dados e estações experimentais da EMPARN

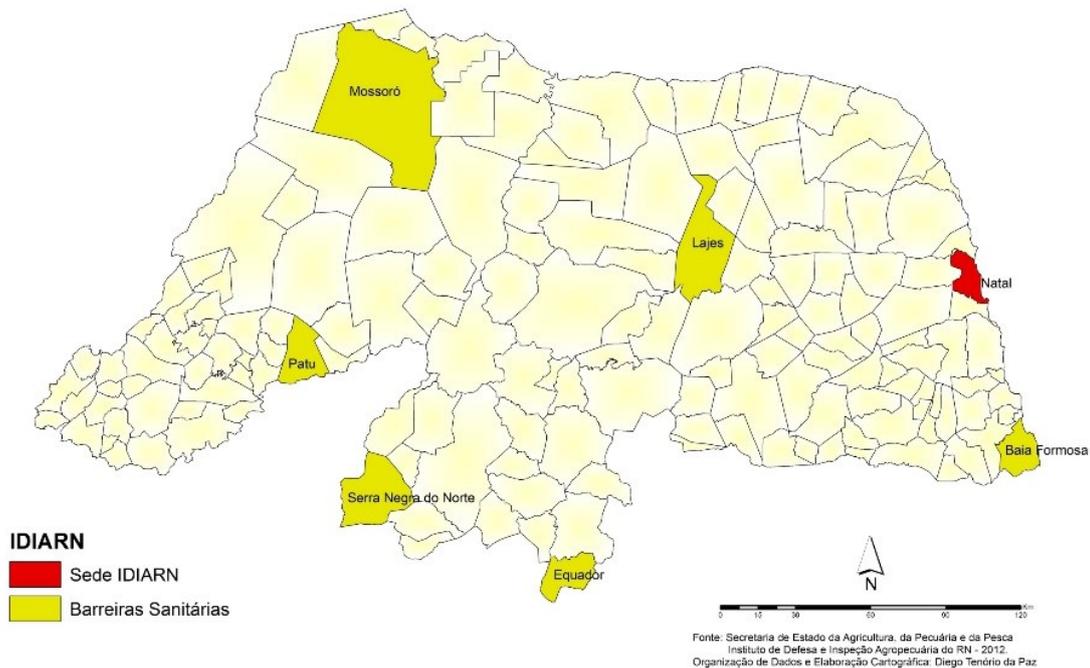


Fonte: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – 2012

A EMPARN desenvolve pesquisas nas áreas de aquicultura, biotecnologia, fruticultura, meteorologia, produção animal e produção vegetal. O órgão de pesquisa mostra-se como importante ferramenta para o desenvolvimento de ações nas diferentes regiões do estado, devendo servir não apenas para subsidiar os investimentos em agronegócio, mas também para auxiliar na previsão do tempo e em minimizar os danos causados pela falta natural de chuvas no semiárido potiguar.

A infraestrutura necessária - de equipamentos e pessoal especializado - para fazer a leitura dos dados obtidos nas plataformas de coleta de dados está localizada na cidade de Parnamirim, onde são processadas as informações. Os outros pontos atuam como pontos de coleta dos dados meteorológicos. Assim sendo, apenas Parnamirim ganha destaque na rede de cidades por ser o centro urbano com aparato técnico para análise e divulgação das informações.

Ainda vinculada a SAPE, inclua-se o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN), é uma autarquia do estado do RN criado por lei complementar para exercer a inspeção agropecuária e garantir produtos de qualidade contribuindo para o controle de pragas e a preservação da saúde pública estadual. A sede do instituto é na cidade de Natal, com barreiras sanitárias nos municípios de Mossoró, Serra Negra do Norte, Equador, Baía Formosa, Lajes e Patu. A sede e as barreiras sanitárias estão representadas na Figura 6.

Figura 6. Mapa de Localização da sede e das barreiras sanitárias do IDIARN

Fonte: Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – 2012

O IDEMA é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN, tem sede em Natal e é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Este apresenta postos avançados de atendimento em Mossoró e Pau dos Ferros.

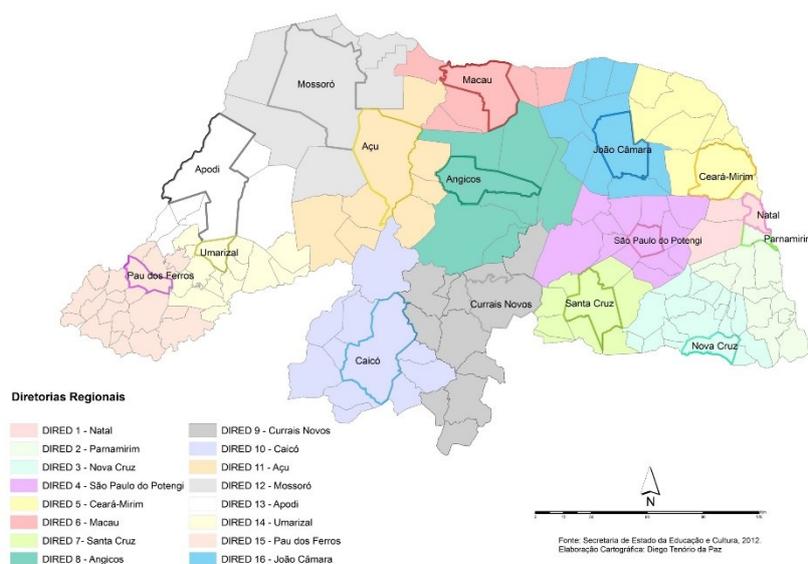
O IDEMA é responsável por realizar diversos estudos que visam o licenciamento e revisão de atividades potencialmente poluidoras no estado, além de ser responsável pelo zoneamento e controle ambiental e de aplicar sanções quando necessário.

Ao expor as entidades ligadas a secretaria de agricultura, da pecuária e da pesca e o IDEMA nota-se a permanência dos municípios de Natal, Mossoró e Caicó como principais centros de atuação e base de apoio. No caso dos institutos subordinados a SAPE as cidades de Mossoró e Caicó aparecem como sede em pelo menos duas das instituições.

A Secretaria de Educação e Cultura (SEEC) possui uma regionalização que apresenta 16 Diretorias Regionais de Educação (DIRED) apresentadas na Tabela 1 e sua composição regional pode ser visualizada na Figura 7, que destaca os municípios que compõem a região e o município onde se localiza a diretoria da região.

A regionalização feita pela Secretaria de Educação do estado apresenta uma média de 12 municípios agrupados por região, a quantidade de escolas ligadas a cada DIRED pode ser visualizada na Tabela 1, onde temos a DIRED de Natal com 154 escolas e a DIRED de Mossoró com 91 escolas como as duas que apresentam os maiores números de escolas, o que deve ocorrer mediante a grande quantidade populacional das duas cidades e demais cidades que integram cada DIRED.

De acordo com o Educa Censo o estado do Rio Grande do Norte no ano de 2011 registrou 913.979 matrículas nas mais de 3.900 escolas de todos os níveis de ensino, entre eles: creches, fundamental, médio, educação de jovens e adultos e profissionalizante. Dentre as mais de 3.900 escolas, 700 são as escolas a cargo do governo do estado do RN, que foi responsável por 302.892 matrículas em 2011. Entre o total das escolas do estado do RN estão as de ensino fundamental I e II, ensino médio, entre estes o ensino de jovens e adultos, e o ensino profissionalizante.

Figura 7. Mapa das Diretorias Regionais de Educação do Rio Grande do Norte

Fonte: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 2012.

Tabela 1. Total de Escolas por Região de Educação do Rio Grande do Norte - 2011.

Diretorias Regionais de Educação	Nº Escolas	Diretorias Regionais de Educação	Nº Escolas
1ª DIRET - Natal	154	9ª DIRET - Currais Novos	39
2ª DIRET - Parnamirim	54	10ª DIRET - Caicó	38
3ª DIRET - Nova Cruz	48	11ª DIRET - Açu	24
4ª DIRET - São Paulo do Potengi	18	12ª DIRET - Mossoró	91
5ª DIRET - Ceará-Mirim	28	13ª DIRET - Apodi	29
6ª DIRET - Macau	18	14ª DIRET - Umarizal	42
7ª DIRET - Santa Cruz	26	15ª DIRET - Pau dos Ferros	54
8ª DIRET - Angicos	19	16ª DIRET - João Câmara	18

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e Cultura do RN / Educacenso 2011.

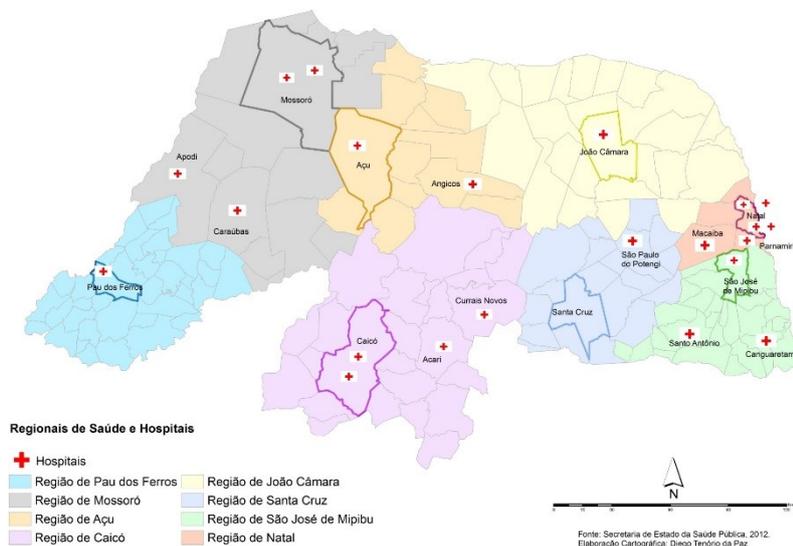
A Secretaria de Saúde Pública (SESAP) tem o centro de comando na cidade de Natal, e é regionalizada para atuar em oito regiões, entre elas estão: a regional de Natal (Metropolitana); a região de São José de Mipibu; a região de Santa Cruz; a região de João Câmara; a regional de Caicó; a região de Açu; a região e Mossoró; e a regional de Pau dos Ferros. Cada região criada possui uma unidade regional de saúde de onde parte todo apoio logístico e operacional à secretaria de saúde em suas ações. Apenas Natal não possui unidade regional, as ordens são executadas diretamente pela secretaria de saúde.

É interessante ressaltar que cada região de saúde é composta por uma média de 25 municípios, as unidades regionais de São José de Mipibu e de Mossoró administram as atividades em 27 municípios cada; as unidades regionais de João Câmara e de Caicó prestam apoio a 25 municípios cada um; a unidade de Santa Cruz administra 21 municípios e a regional de Pau dos Ferros gerencia um conjunto de 36 municípios, a partir da cidade de Natal a secretaria de saúde do governo atua diretamente nas ações em Natal, Parnamirim, Extremoz, Macaíba e São Gonçalo do Amarante.

Ainda relacionado aos equipamentos de saúde e a SESAP, um elemento importante é a disposição dos hospitais regionais gerais do estado do RN, que pode ser visualizada na Figura 8, assim com sua regionalização. Percebemos uma concentração maior de hospitais no município de Natal e seu entorno, e as demais regiões possuem um arranjo com maior espaçamento entre os hospitais. Isso se deve pelo fato de estar em Natal os hospitais de assistência especializada - como por exemplo, o

Giselda Trigueiro -, e em certa medida, pelo motivo de que mais de 40% da população concentra-se na cidade de Natal e Grande Natal (região metropolitana).

Figura 8. Mapa de Distribuição dos Hospitais estaduais e Regionalização da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Norte



Fonte: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 2012.

Além da maior concentração dos hospitais do estado na cidade de Natal, há também na cidade as Unidades de Referência, que são: o Hemocentro - Hemonorte, o Laboratório Central, o Centro de Formação de Pessoal, o Centro de Reabilitação Infantil, Centro de Saúde Reprodutiva Leide Moraes e a Unidade Central de Agentes Terapêuticos (UNICAT).

Natal reunir as condições para ter instalado em seu território esses centros de referência, entre elas a concentração da mão de obra especializada para os laboratórios e centros médicos, possuir maiores condições de infraestrutura na prestação dos serviços de saúde e, com isso é o ponto de convergência de equipamentos técnicos que auxiliam nos diagnósticos. O fato importante que ocorre motivado por essa concentração é o deslocamento de pessoas do interior do estado para Natal em busca dos serviços de saúde.

Mas, o que promove esse deslocamento para a capital não é só o fato da cidade - Natal - concentrar os principais hospitais do estado, mas sim, e em grande medida é causado pela incapacidade de atendimento dos hospitais gerais localizados nos municípios do interior, que deveriam atender às demandas de cada região de saúde.

A situação é agravada ainda mais quando associado a uma "ambulâncioterapia" garantida pelos gestores municipais, que não prestam serviço básico de atendimento médico a população, e envia os pacientes para a capital que não pode deixar de atender as urgências e emergências, o que gera lotação muito acima do que suporta o sistema dos hospitais da capital, principalmente o Pronto Socorro Clovis Sarinho.

Sobre o tema, é sabido que procedimentos e consultas podem ser realizadas em outro município desde que hajam acordos firmados entre os municípios interessados. Tal possibilidade não diminui a superlotação dos hospitais da capital, situação muito grave que vem ocorrendo nos hospitais do estado e, principalmente, em Natal. Um fator que catalisa a situação vivida pela população do RN é a precária estrutura física dos hospitais regionais e a falta de profissionais. Esses foram os principais pontos identificados na perícia realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU-RN) em 2013.

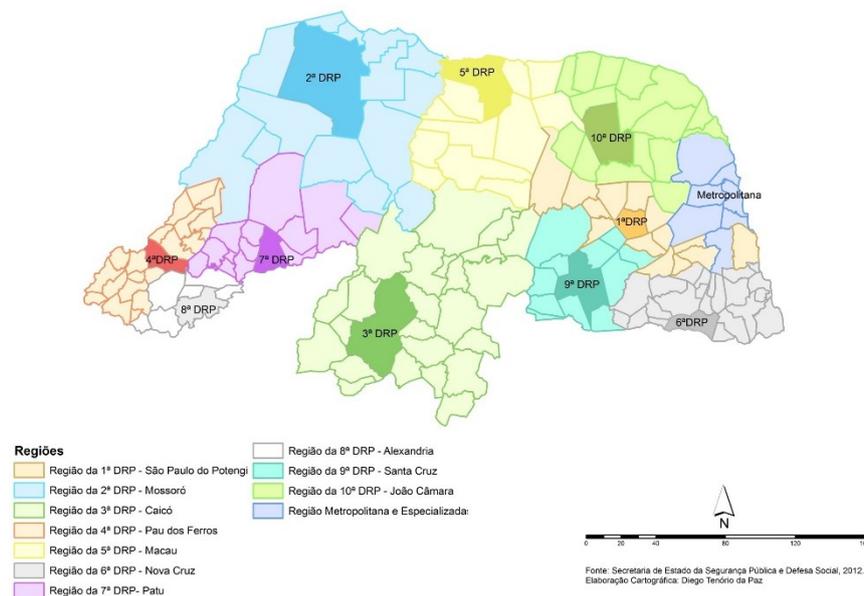
Outro conjunto de cidades tem destaque quando o tema é Segurança Pública, e a Secretaria de Estado que trata do assunto possui uma divisão regional para sua atuação, entre as cidades que sediam uma delegacia regional estão: São Paulo do Potengi, onde está localizada a 1ª Delegacia Regional de Polícia (DRP); a 2ª DRP é no município de Mossoró, a 3ª é em Caicó; a 4ª DRP é na cidade de Pau dos Ferros; a 5ª DRP localiza-se em Macau, a 6ª DRP no município de Nova Cruz; a 7ª DRP na cidade de Patu; a 8ª em Alexandria; a 9ª DRP é localizada em Santa Cruz e a 10ª delegacia regional está na cidade de João Câmara. Em Natal, além da DRP localizam-se algumas das delegacias especializadas, que estão nos municípios da grande Natal (região metropolitana). Podemos ver a distribuição das regiões da secretaria de segurança e as delegacias regionais na Figura 9.

Ainda com relação a segurança tem-se a instituição da Polícia Militar do Estado do RN que possui o seu comando geral na cidade de Natal e uma distribuição dos batalhões pelo RN, nessa distribuição a capital possui quatro batalhões de polícia militar, Mossoró tem dois batalhões, destacam-se ainda as cidades de Parnamirim, Macaíba, Caicó, Pau dos Ferros, Açú e Nova Cruz todas possuem um batalhão da Polícia Militar.

A Secretaria de Estado do Turismo possui a regionalização dos pólos turísticos, que foram definidas para estruturar as ações, buscar recursos e desenvolvimento de políticas para o turismo no estado. As regiões são: Costa Branca, Agreste/Trairi, Costa das Dunas, Seridó e Serrano.

As instituições da esfera federal presentes no Rio Grande do Norte têm suas sedes em Natal, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Polícia Federal, que tem uma superintendência regional em Natal e uma delegacia na cidade de Mossoró. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), também, está presente no RN, por meio da superintendência em Natal e dos escritórios regionais localizados nas cidades de Mossoró e Caicó.

Figura 9. Mapa da Regionalização e localização das Delegacias Regionais de Polícia



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, 2012.

A partir das regionalizações apresentadas e da localização de algumas instituições federais presentes no estado do RN, percebemos a permanência de algumas cidades como centros de cada regionalização, seja da saúde, da educação, ou em segurança. O fato é que o Rio Grande do Norte possui algumas cidades de onde são orquestradas ações de intervenção na sua estrutura urbana, entre

elas está a capital, que é de onde parte as ordens do Governo do Estado, e as cidades que auxiliam na gestão são Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros, São Paulo do Potengi, João Câmara, Açu, Currais Novos e Santa Cruz. Veremos agora as cidades destacadas pelo REGIC 2007, a partir dos questionários aplicados pela pesquisa do IBGE, e façamos um paralelo.

LIGAÇÕES E DEMANDAS URBANAS: INFLUÊNCIA E PAPEL DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

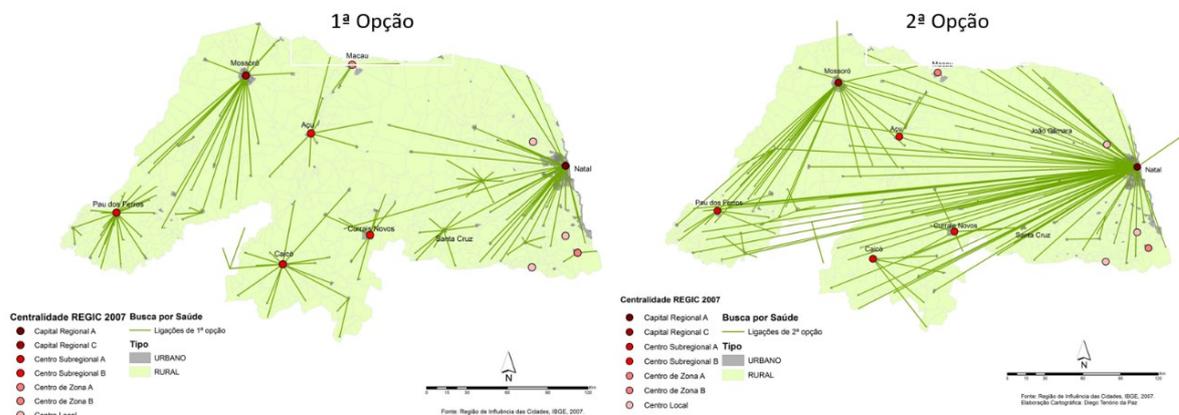
A estrutura hierárquica estabelecida pelo IBGE no estudo da Região de Influência das Cidades de 2007, coloca Natal como Capital Regional "A" a partir do que a cidade oferece e das demandas que são supridas nela. Entre as cidades de destaque aparecem Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, Currais Novos e Açu, além de Macau, Canguaretama, Ceará-Mirim, Nova Cruz e Goianinha.

A partir das ligações estabelecidas pelo resultado dos questionários, o Rio Grande do Norte apresenta alguns nós em sua rede de cidades, e estas são aquelas que possuem um posto na estrutura de governo do estado, entre elas estão Mossoró, Caicó, Currais Novos, Açu e Pau dos Ferros, o que vai determinar é o tipo de serviço procurado pela população. Para a busca de serviços que se apresentam como mais raros, como tipos de especialização médica, serviço de transporte aéreo, serviço de advocacia ou publicidade, por exemplo, só são oferecidos no estado em Natal, que está no nível mais alto da hierarquia das cidades do Rio Grande do Norte.

A Figura 10 mostra as ligações em busca do serviço de saúde, onde podemos ver a importância do centro urbano de Natal, e de Mossoró como as cidades na primeira opção de busca do serviço, considerando seu raio de influência. É importante mencionar que a primeira opção pelo serviço de saúde, na maioria dos casos, deve ser a procura pelo serviço oferecido com maior proximidade. E neste caso, como vimos a secretaria de saúde do estado possui hospitais distribuídos por diversas regiões e por este motivo as pessoas buscam o serviço nos hospitais gerais do estado, entre eles os de Caicó, Pau dos Ferros, Currais Novos e Açu.

Quando ocorre que a população precisa de uma segunda opção no atendimento do serviço de saúde a opção é em grande medida para Natal, como mostra a Figura 10 de ligações de segunda opção do REGIC 2007. A região de influência de Natal é sobre todo o território do estado, principalmente, nas regiões do agreste, central e alto oeste. Isso ocorre, em decorrência das más condições de trabalho dos profissionais e da estrutura física dos hospitais do interior do estado, e como Natal possui o maior hospital geral e pronto socorro do estado, todos os casos do estado são transferidos para o complexo hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel/Pronto Socorro Clóvis Sarinho.

Figura 10. Mapa de Ligações para busca do serviço de saúde em 1ª e 2ª opção nas cidades do RN

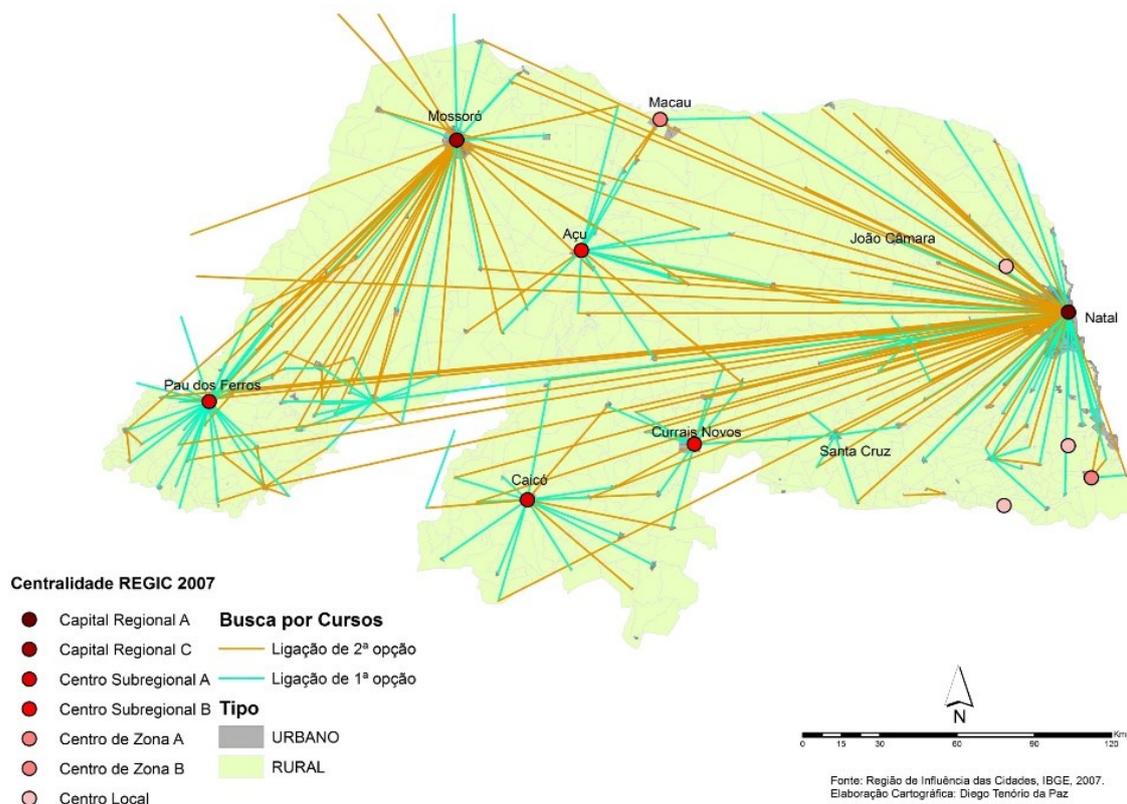


Fonte: Região de Influência das Cidades - REGIC, 2007.

Quando a preferência de deslocamento é a procura do serviço de ensino, e especificamente dos cursos de nível superior as ligações identificadas pelo REGIC 2007, foram as que mantêm as cidades de Natal, Mossoró, Caicó, Açu, Pau dos Ferros e Currais Novos como centros de maior influência sobre as demais cidades do estado. Tal fato ocorre motivado pela distribuição das universidades pelo estado, que está presente nas cidades citadas.

Na segunda opção, a preferência dos deslocamentos é para as cidades de Natal e Mossoró, que possuem a maior variedade de cursos oferecidos pelas instituições públicas e privadas atuantes no estado. A influência de Natal chega a ultrapassar suas fronteiras territoriais e chega a cidades do estado do Ceará, como mostra a Figura 11, que apresenta todas as ligações para primeira opção e para a segunda opção.

Figura 11. Mapa de Ligações para busca de cursos superior em 1ª e 2ª opção nas cidades do RN.

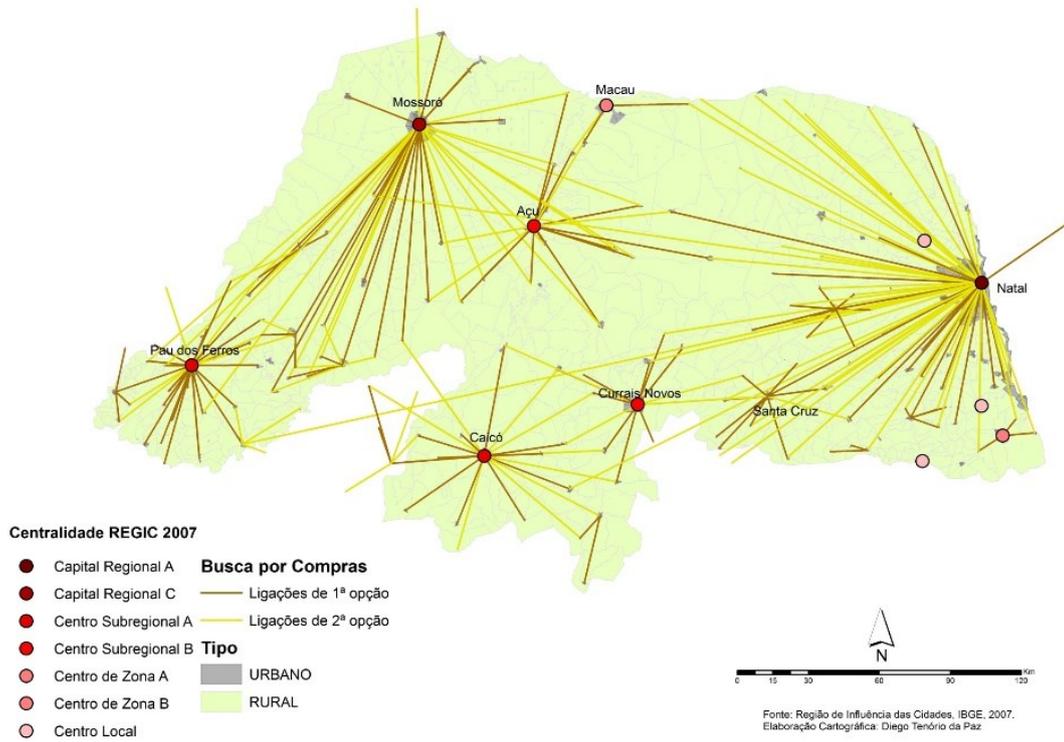


Fonte: Região de Influência das Cidades - REGIC, 2007.

As demais ligações como as que representam a procura por centros comerciais para fazer compras de diversos produtos, apresenta Natal como centro de maior abrangência, com maior número de ligações e suas ligações tem um maior alcance territorial. Mas, apresenta outras cidades que aparecem como centro de compras, entre elas: São Paulo do Potengi, Currais Novos, Caicó, Pau dos Ferros, Santa Cruz e Açu, a cidade de Mossoró aparece como o segundo maior centro de compras do estado, possuindo o segundo maior número de ligação, aparece inclusive como um centro de segunda opção de cidades do estado do Ceará, conforme evidencia a Figura 12.

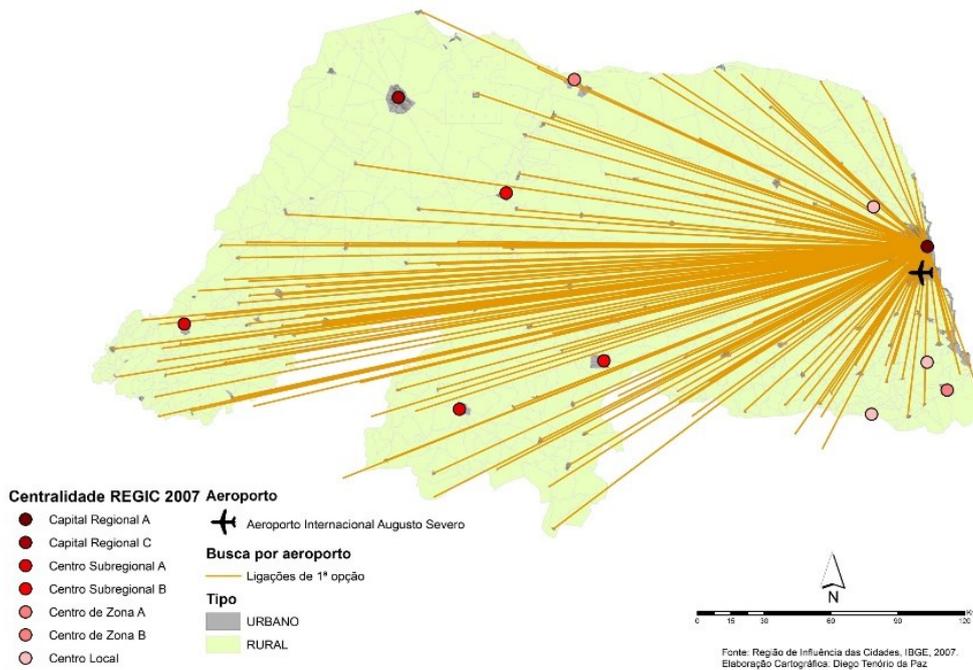
Nas ligações que envolvem o deslocamento em busca por transporte aéreo, o estudo coloca Natal como o principal centro, uma vez que somente em Natal possui aeroporto em condições de realizar voos nacionais e internacionais no estado. Deste modo, logo na primeira opção a capital mantém uma influência em todo o território estadual. O aeroporto internacional Augusto Severo são realizadas escalas e conexões aéreas, além de receber voos internacionais. (Figura 13).

Figura 12. Mapa de Ligações para busca de centros comerciais em 1ª e 2ª opção nas cidades do RN.



Fonte: Região de Influência das Cidades - REGIC, 2007.

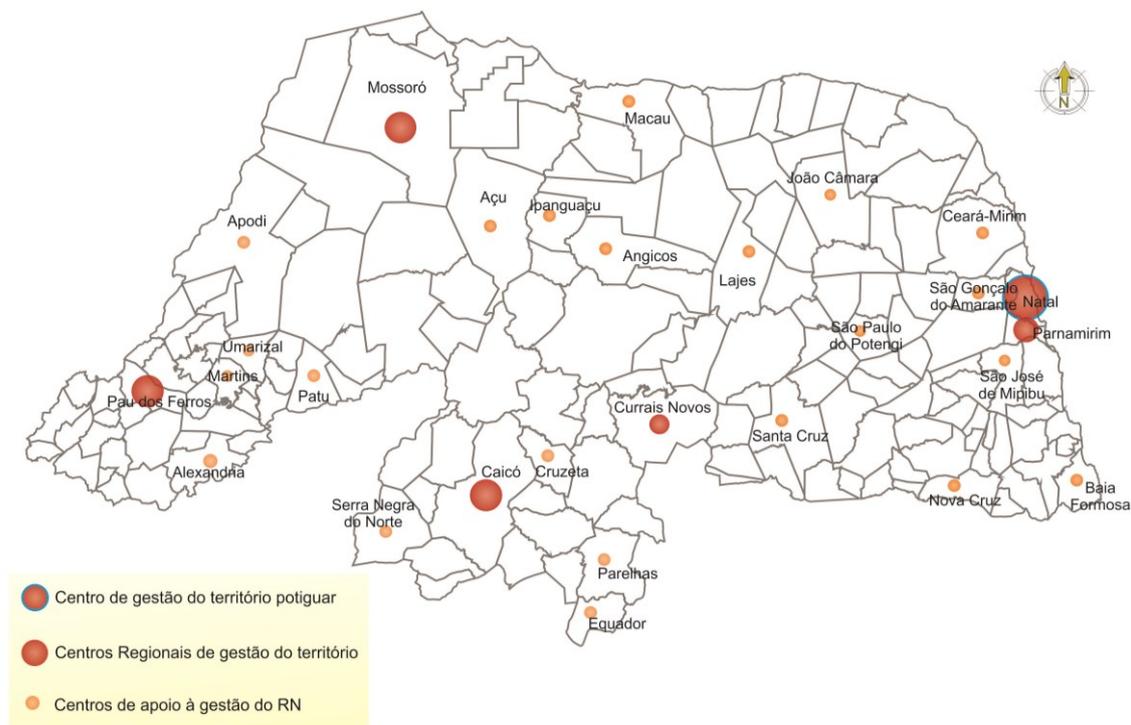
Figura 13. Mapa de Ligações para busca do transporte aéreo - 1ª opção nas cidades do RN.



Fonte: Região de Influência das Cidades - REGIC, 2007

O que podemos considerar a partir dos mapas expostos é que no RN as ordens são emitidas da capital e são colocadas em prática via os centros regionais do estado, as cidades de Mossoró, Parnamirim, Caicó, Currais Novos e Pau dos Ferros apresentam destaque. A Figura 14 nos mostra de forma sucinta as cidades que possuem algum papel na gestão do território potiguar.

Figura 14. Centros de Gestão do Território Potiguar



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos mapeamentos realizados

A relevância dessas cidades está atrelada aos objetos geográficos instalados nas cidades como os aeroportos, as universidades, os centros comerciais, os hospitais, entre outros objetos e fatores. A atuação e dinâmica empreendida nas cidades motivadas pelo funcionamento destes equipamentos são em grande medida, senão o principal motivo que dá sentido à vida de relações entre os centros urbanos.

No Rio Grande do Norte estes objetos estão concentrados na capital do estado, e outro conjunto está concentrado em menor proporção em Mossoró, o que justifica as ligações captadas pela pesquisa do IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado procurou evidenciar os centros urbanos de gestão do território que constituem a rede urbana do Rio Grande do Norte. Desse modo, procuramos discutir sobre a formação do território potiguar, através do surgimento das cidades e das atividades econômicas que motivaram a expansão na direção do interior do estado. Para a análise foram eleitas algumas atividades que possuem destaque na constituição da rede de cidades do estado, entre elas estão: a atividade petrolífera, a atividade turística, a distribuição de equipamentos como universidades, bancos, serviço de internet e hospitais importantes para o estabelecimento da rede urbana potiguar.

Consideramos ainda, para identificar as cidades centro de gestão, a estrutura de governo do estado destacando as regionalizações das secretarias de estado, a partir disso foi possível identificar as cidades que auxiliam na efetivação das ordens oriundas de Natal, quando estamos falando de comandos que envolvem as ações de governo, ações do tipo que promovem intervenções na estrutura dos equipamentos de saúde, ou educação, ou a instalação de um novo parque eólico, só para citar alguns exemplos. Conforme foi verificado, a cidade de Natal é a principal cidade do estado, mas vale ressaltar que a cidade vizinha, Parnamirim, tem importante papel na rede, principalmente, por manter intensa relação com Natal e configurar uma mancha urbana contínua a capital.

Sobre o crescimento urbano da capital é interessante, então, ressaltar que foi se constituindo uma cidade com características de metrópole, com fluxo intenso de pessoas para trabalhar, estudar ou realizar outras atividades entre os municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim e Extremoz, situação que culminou na criação da Região Metropolitana de Natal em 1997, mas as ações de caráter conjunto não vieram de imediato, e atualmente se dão de maneiras pontuais, com a construção de um aterro sanitário, que não atende a todos os municípios, ou com o serviço do SAMU metropolitano. Neste sentido é importante destacar o papel da região metropolitana de Natal que concentra mais de 42% da população do estado e onde está concentrada grande parte da oferta de bens e serviços, e assim se caracteriza como primeira opção na procura dos centros comerciais e serviços de saúde e educação, e atendendo a demanda do estado todo devido à precariedade do serviço prestado, em muitos casos, pelos municípios.

Consideramos por fim, que a rede de cidades do Rio Grande do Norte se configura semelhante ao comportamento e perfil que ocorre com na realidade nacional brasileira, de modo que concentra na região litorânea a maior parte de sua população, assim como é pontual e seletiva as ações de empresas e desenvolvimentos de atividades econômicas, o que vai definir é a intencionalidade dos agentes. E concentrando a maior parte da infraestrutura e serviços urbanos na capital do estado e região metropolitana. Neste sentido pode-se considerar que a rede urbana potiguar interage com a rede global de cidades e os centros de gestão do território potiguar estão concentrados na capital do estado e percebemos alguns destaques para Mossoró, Parnamirim, Caicó.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de demanda social concedida durante o processo de pesquisa no curso de Mestrado em Geografia, assim como pela oportunidade oferecida pelo programa de pós-graduação para participar do PROCAD-NF da linha 1 e cursar um semestre em outra instituição. Foi um período de grande crescimento profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. A produção do espaço Norte-Rio-Grandense. Natal: UFRN. ED. Universitária, 1981.
- ARAÚJO, Josélia Carvalho de. Outra leitura do "outro lado": o espaço urbano da zona norte em questão. 2004. Dissertação (Mestrado), Natal, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In.: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, vol 51, nº2. Abr/Jun. 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In.: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, vol 51, n 3. Jul/Set. 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. In.: Território, Nº1, vol.1 Jul/Dez - RJ: LAGET, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011[1996].

- COSTA, Ademir Araújo da. A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN. 2000. Tese (Doutorado) Natal, 2000.
- COSTA, Eunice Correia da. O fato urbano no Rio Grande do Norte: características das bases da vida de relações. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 1977.
- GOMES, Cilene. Formação sócio-espacial e dinâmicas urbano-regionais no Rio Grande do Norte: o lugar da região metropolitana de Natal. In.: Revista brasileira de gestão urbana. Curitiba, v 1, n°2 p.151-161. 2009.
- GOMES, Rita de Cássia Conceição. Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte. 1997. Tese (Doutorado). Rio Claro. 1997.
- GOMES, Rita de Cássia Conceição. Dinâmica territorial no espaço metropolitano de Natal. In CLEMENTINO, Maria do Livramento M. PESSOA, Zoraide Souza (org). Natal, uma metrópole em formação. Natal/RN. EDUC. 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 1987.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 2003.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 2008. ISSN 978-85-240-4039-9 (CD-ROM).
- RIO GRANDE DO NORTE. Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte. Secretaria do planejamento e das finanças (SEPLAN), Secretaria do meio ambiente e recursos hídricos (SEMARH), Instituto de desenvolvimento sustentável e meio ambiente do RN (IDEMA). Natal, 2010.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996].
- _____, Economia Espacial: críticas e alternativas. 2 ed. 2 reimpr. São Paulo: Edusp, 2011[1979].
- _____, O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2 ed, 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008[1979].
- SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011[2003].
- TAVARES, Matheus Augusto Avelino. Os condomínios horizontais fechados e as transformações socioespaciais na cidade de Natal/RN. 2009. Dissertação (Mestrado). Natal, 2009
- THÉRY, Hervé. Modelização gráfica para análise regional: um método. GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo, n° 15, p179-188. 2004.